EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de porta-paletes e paletes para reestruturação do almoxarifado municipal, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 23/11/2026

HORÁRIO DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 13H

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ 12H59MIN DO DIA 23/11/2026

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMMLicita - www.ammlicita.org.br

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2761/2025, DE 13 DE JULHO DE 2026: Pregoeiro(a) Daniel Amorim Reggiani Costa.

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R$96.435,30 (noventa e seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) que foram balizados pelos orçamentos anexos

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

a) Diretamente pela plataforma de licitações - www.ammlicita.org.br > edital PE 050/2026 > esclarecimentos;

b) Através do sítio eletrônico do Município de Santana do Paraíso: www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações, Pregões Eletrônico nº. 050/2026;

TELEFONE: (31)3251-7502.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 09h00min. às 18:00min.

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO/MG**, por intermédio da Diretoria de Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Sr(a). Daniel Amorim Reggiani Costa e pela Equipe de Apoio, nomeados pelo ato administrativo supramencionado, e regidos pela Lei Federal n° 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Legislação Municipal, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3. O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações, bem como na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o email informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços futura e eventual aquisição de porta-paletes e paletes para reestruturação do almoxarifado municipal, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

3.2. Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.2.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.10. Consórcio de empresa[1], qualquer que seja sua forma de constituição.

[1] A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato e que a futura contratação é considerado objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos

3.3. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.ammlicita.org.br

3.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licita (www.ammlicita.org.br).

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santana do Paraíso, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto, visa exatamente afastar a restrição à competição.

5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 e art 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021. cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição/detalhamento do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

6.9. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de 02 (duas) horas, definido pela Comissão de Contratação, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário dos itens;

7.1.2. MARCA/MODELO DOS PRODUTOS OFERTADOS;

7.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.1.4. A licitante **DEVERÁ** apresentar, juntamente com sua proposta, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente de todos os itens ofertados, contendo especificações detalhadas que permitam a adequada identificação e verificação de conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência. Os documentos apresentados deverão ser claros, legíveis e possibilitar a análise objetiva das características dos produtos, sob pena de desclassificação da proposta em caso de insuficiência de informações.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade mínimo da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, a seguir informada:

a) Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

b) Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido neste edital de licitação, após solicitação do Pregoeiro, no sistema eletrônico, no prazo de 2h (duas horas), podendo ser prorrogado este nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - De oficio, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da documentação

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Registro comercial no caso de firma individual;
8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
8.2.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Que deverá ser comprovado conforme cláusula 5.7 deste Edital.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.
Nota 03 - A ausência de anexação de certidão fiscal, social e trabalhista que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

8.4. DA REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, OU Certidão Positiva de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:
II - Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, ou documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005.

8.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado pela Pregoeira, mediante consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

c) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
e) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

8.5.1. As consultas aos cadastros mencionados anteriormente poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/), conforme o caso.

8.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma https://ammlicita.org.br/, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro Geral de Fornecedores do Município para que estejam vigentes na

8.6.1.1. Data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas após solicitação da Prefeitura Municipal, sob pena de inabilitação.

8.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação,

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.11. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 5.5. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, sendo facultado a Prefeitura Municipal convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar o processo

8.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Prefeitura Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$0,01 (um centavo)**.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de SE aplicar o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1. Produzidos no país;

9.29.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

9.29.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E DA FASE DE LANCES

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares, observado o disposto na legislação.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada na forma da Lei Federal 14.133/2021.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "***chat***" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "***chat***".

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as

especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor / maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3. Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6. Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

11.10. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período desde que aprovado pela administração.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail (licita.santanadoparaiso@gmail.com) a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13. DO RECURSO

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito.

13.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de preços, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme artigo 90 da lei Federal 14.133/2021.

16. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS SUAS CARACTERÍSTICAS

16.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.1.1. Ao prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá renovar o saldo quantitativo em até 100% do saldo original e deverá dar publicidade à intenção de renovação da vigência da Ata de RP em até 30 dias antes de terminar a vigência da ARP. A informação ficará publicada pelo período de 5 dias úteis, podendo no 6° dia útil assinar o aditivo de prorrogação se não houver manifestação em contrário.

16.2. No prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser contratado os fornecedores registrados na ata de Registro de Preços que será formalizada por meio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

16.3. A Ata de Registro de Preços celebrado poderá ser rescindida a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

17.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, constituem obrigações do Fornecedor Registrado, além da constante do Art. 89 e 92 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de Registro de Preços.

17.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/ARP, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

18.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n° 14.133/21.

18.2. Constituem obrigações do Órgão Gerenciador, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de RP.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. As condições de fiscalização estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos licitantes quando:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 0,5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

21.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2 (dois) anos

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22. DO REAJUSTAMENTO

22.1. As condições de reajustamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

23. DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO

23.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

24.1. As condições de registro estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

25. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

25.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

a) A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

b) Após a autorização, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

c) O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

d) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

25.2. Dos Limites para Adesão

25.2.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o Edital:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

26. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

26.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos, ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

a) O remanejamento de que trata esta cláusula somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

b) O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata esta cláusula.

c) Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos limites de adesão que trata o Edital.

d) Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

e) Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

f) Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto na letra “b”, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

27.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária 02.10.01 04.122.0004.22.02 3.3.90.30.00 Ficha 747, fonte 1500, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

28.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para o fornecimento, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

28.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

28.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município.

28.5. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

28.6. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade insanável de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

28.7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

28.8. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

28.9. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 9h às 18h ou pelo telefone (31)3251-7502 e e-mail: licita.santanadoparaiso@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br).

28.10. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br) ou www.santanadoparaiso.mg.gov.br.

28.11. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

28.12. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

28.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.13.1. Considera-se dia do começo do prazo:

a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

28.14. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

28.15. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

28.16. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.17. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato / Ata de Registro de Preço.

28.18. Integram o Presente Edital:

a) Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

b) Anexo II - Termo de Referência;

c) Anexo III - Modelo de Proposta;

d) Anexo IV - Minuta da ARP;

e) Anexo V - Minuta do Contrato

Santana do Paraíso, 06 de novembro de 2026.

Luís Gustavo Andrade Duarte

Pregoeiro

Reinaldo Luiz Santos

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO DE PORTA-PALETES E PALETES PARA REESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL BASE NA LEI N° 14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de reestruturação e organização do Almoxarifado Municipal, mediante a aquisição de estruturas de armazenagem do tipo porta-paletes e paletes compatíveis, visando à melhoria das condições de acondicionamento, organização, conservação e movimentação dos materiais mantidos em estoque.

A estruturação adequada do almoxarifado constitui medida necessária para aprimorar a gestão dos materiais e bens sob responsabilidade da Administração Municipal, possibilitando melhor aproveitamento do espaço disponível, organização verticalizada dos estoques, identificação dos itens armazenados e maior eficiência nos procedimentos de recebimento, guarda, localização e distribuição de materiais às unidades administrativas.

A ausência ou insuficiência de estruturas apropriadas de armazenagem pode dificultar a organização dos estoques, comprometer o aproveitamento da área física disponível e aumentar o tempo necessário para localização e movimentação dos materiais, além de favorecer o acondicionamento inadequado de determinados itens.

Nesse contexto, a aquisição de porta-paletes e paletes busca proporcionar uma estrutura de armazenamento modular, funcional e adaptável às necessidades do Município, observadas as características do imóvel, a capacidade de carga necessária, as dimensões dos materiais e as condições de segurança aplicáveis.

II - JUSTIFICATIVA

A aquisição de porta-paletes e paletes justifica-se pela necessidade de reestruturação e melhoria das condições de armazenamento do Almoxarifado Municipal, visando proporcionar maior organização, otimização do espaço físico disponível e eficiência na gestão dos materiais sob responsabilidade da Administração Pública Municipal.

A disponibilização de estruturas apropriadas para armazenagem permitirá a organização dos materiais de forma ordenada e verticalizada, favorecendo o aproveitamento da área existente, a identificação e localização dos itens em estoque, bem como a agilidade nos procedimentos de recebimento, acondicionamento, controle e distribuição dos materiais às unidades administrativas.

A utilização de porta-paletes modulares e reguláveis, associados a paletes compatíveis, possibilitará maior flexibilidade na organização do almoxarifado, permitindo adequações na disposição dos materiais conforme suas dimensões, características e necessidades de armazenamento. Além disso, a adoção de estruturas adequadas contribuirá para melhorar as condições de conservação dos bens e reduzir a ocorrência de acondicionamento inadequado, desde que observadas as capacidades de carga e as orientações técnicas de utilização.

A contratação também visa aprimorar as condições operacionais do almoxarifado, otimizando a utilização dos recursos disponíveis e favorecendo a eficiência dos processos de gestão de estoque, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária para aprimorar a infraestrutura de armazenamento do Almoxarifado Municipal, promover melhores condições de organização e conservação dos materiais e contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

III - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A contratação dos serviços em questão deve observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei Federal nº 14.133/2021.
- Lei Complementar n° 123/2006 e suas atualizações, que trata do tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) Ser novos, sem uso anterior, e estar em perfeitas condições de utilização;

b) Apresentar resistência, estabilidade e capacidade de carga compatíveis com a finalidade de armazenamento de materiais em almoxarifado;

c) Possuir dimensões compatíveis com o espaço físico disponível e com os materiais e paletes utilizados pelo Município;

d) Permitir a organização dos materiais de forma racional, segura e acessível;

e) No caso dos porta-paletes, apresentar estrutura modular, desmontável e regulável, permitindo ajustes na disposição dos níveis de armazenamento e eventual reaproveitamento em futuras reorganizações;

f) Possibilitar a instalação e utilização sem necessidade de equipamentos de movimentação mecanizada;

g) No caso dos paletes, apresentar resistência e dimensões compatíveis com as estruturas de armazenagem ofertadas e com as cargas a serem suportadas;

h) Ser fornecidos com todos os componentes, acessórios e elementos necessários à montagem e utilização, quando aplicáveis;

i) Possuir identificação das capacidades de carga admissíveis, quando pertinente, e documentação técnica suficiente para orientar a montagem, instalação, inspeção e utilização segura;

j) Ser entregues em local indicado pela Administração Municipal, dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência;

k) Possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme prazo e condições definidos no Termo de Referência;

l) Atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis ao produto, à sua instalação e à sua utilização.

V - ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES

As quantidades a serem contratadas serão estabelecidas mediante levantamento das necessidades do Almoxarifado Municipal, considerando:

a) As dimensões e a configuração do espaço físico disponível;

b) A quantidade, a natureza e as dimensões dos materiais habitualmente armazenados;

c) A necessidade de utilização do espaço vertical e de ampliação da capacidade de armazenamento;

d) A quantidade de posições de armazenagem necessárias;

e) A compatibilidade entre os porta-paletes e os paletes;

f) A possibilidade de implantação por etapas, conforme a disponibilidade orçamentária e a prioridade das necessidades administrativas;

g) A perspectiva de expansão ou reorganização futura do estoque.

O levantamento subsidiará a definição dos quantitativos estimados de cada item, evitando aquisições superdimensionadas ou insuficientes.

VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas disponíveis para atender à necessidade administrativa, avaliar a viabilidade técnica e econômica das soluções e subsidiar a escolha da alternativa mais adequada ao interesse público.

Considerando as características do objeto, foram identificadas, em caráter preliminar, as seguintes alternativas:

Solução 1 - Manutenção do sistema de armazenamento existente, com reorganização dos materiais

Consiste na reorganização do estoque, mediante redistribuição dos materiais, revisão dos critérios de acondicionamento e utilização dos espaços disponíveis, sem aquisição significativa de novas estruturas.

Vantagens:

- Menor desembolso financeiro imediato;
- Possibilidade de implementação em curto prazo;
- Aproveitamento dos recursos e mobiliários existentes.

Desvantagens:

- Não soluciona eventual insuficiência de estruturas adequadas;
- Limita o aproveitamento vertical do espaço, quando inexistentes estruturas apropriadas;
- Pode manter dificuldades de acesso, localização e acondicionamento dos materiais;
- Não atende integralmente à necessidade de modernização e reestruturação física, caso haja deficiência estrutural de armazenagem.

Conclusão: alternativa que pode ser adotada como medida complementar, mas que, isoladamente, não se mostra suficiente quando a necessidade identificada envolve a ampliação ou adequação da capacidade física de armazenamento.

Solução 2 - Aquisição de porta-paletes e paletes por contratação convencional, com entrega integral

Consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição dos bens, com definição dos quantitativos totais e entrega integral após a contratação.

Vantagens:

- Possibilidade de implantação completa da estrutura em período determinado;
- Disponibilidade dos bens após a entrega;
- Facilidade de planejamento quando a demanda e os recursos financeiros estão integralmente definidos.

Desvantagens:

- Necessidade de previsão orçamentária compatível com a aquisição integral;
- Possibilidade de concentração do desembolso em uma única etapa;
- Menor flexibilidade para ajustar as aquisições às prioridades operacionais e à disponibilidade financeira;
- Risco de aquisição antecipada de materiais que não sejam imediatamente necessários, caso a implantação seja realizada por etapas.

Conclusão: alternativa viável, especialmente quando houver quantitativos definidos, necessidade de implantação imediata e disponibilidade orçamentária suficiente. Entretanto, pode não representar a solução mais flexível para atender às necessidades do Município ao longo do tempo.

Solução 3 - Locação de estruturas de armazenagem e paletes

Consiste na contratação de empresa para disponibilização temporária das estruturas e dos paletes, mediante pagamento periódico.

Vantagens:

- Redução do investimento inicial para disponibilização dos equipamentos;
- Possibilidade de substituição ou adequação contratual, conforme as condições pactuadas;
- Transferência ao contratado de determinadas responsabilidades de manutenção, quando expressamente previstas.

Desvantagens:

- Geração de despesas recorrentes durante o período de utilização;
- Dependência contratual para manutenção da estrutura disponibilizada;
- Possibilidade de custo acumulado superior ao da aquisição, conforme o prazo de utilização;
- Necessidade de avaliar a disponibilidade de fornecedores que ofereçam a solução nas condições exigidas pelo Município.

Conclusão: alternativa que poderá ser considerada quando houver necessidade temporária, incerteza quanto à permanência da estrutura ou vantagem econômica comprovada. Para uma necessidade de utilização continuada no Almoxarifado Municipal, a locação deverá ser precedida de comparação entre o custo total de utilização e o custo de aquisição.

Solução 4 - Aquisição de porta-paletes e paletes por meio do Sistema de Registro de Preços

Consiste na realização de procedimento licitatório para registro dos preços dos bens necessários à reestruturação do Almoxarifado Municipal, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade efetiva, a disponibilidade orçamentária e o cronograma de implantação definido pela Administração, durante a vigência da ata.

Vantagens:

- Flexibilidade para realizar aquisições parceladas, conforme a necessidade;
- Possibilidade de adequar o ritmo de implantação à disponibilidade orçamentária;
- Redução da necessidade de recebimento e armazenamento antecipado de todos os bens;
- Maior facilidade para priorizar áreas ou etapas da reestruturação;
- Possibilidade de atendimento de demandas futuras previsíveis durante a vigência da ata, desde que contempladas no planejamento e nos quantitativos registrados;
- Preservação da competição por meio de procedimento licitatório destinado ao registro dos preços.

Desvantagens:

- Necessidade de planejamento adequado dos quantitativos estimados;
- Ausência de garantia de manutenção dos preços registrados em qualquer circunstância além das condições legais e da ata;
- Necessidade de acompanhamento da vigência da ata e das condições de fornecimento;
- Possibilidade de os preços registrados deixarem de ser vantajosos, exigindo avaliação antes de cada contratação.

Conclusão: a alternativa apresenta maior flexibilidade administrativa para a aquisição dos bens de forma planejada e gradual, desde que a demanda seja compatível com o regime de registro de preços e que a regulamentação municipal permita sua adoção nas condições pretendidas.

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será apurado mediante pesquisa de preços realizada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável, utilizando fontes adequadas e critérios compatíveis com as características dos bens.

VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição de porta-paletes e paletes para estruturação e reorganização do Almoxarifado Municipal, por meio de procedimento licitatório destinado ao registro de preços, com fornecimento conforme as necessidades efetivas da Administração.

Os porta-paletes deverão constituir estruturas adequadas ao armazenamento organizado e verticalizado dos materiais, com níveis reguláveis, capacidade de carga compatível com a utilização pretendida e configuração ajustada ao espaço físico disponível.

Os paletes deverão ser compatíveis com as dimensões das estruturas e com as cargas a serem armazenadas, de forma a garantir a utilização conjunta dos bens e a adequada distribuição dos materiais.

A solução deverá considerar o dimensionamento técnico das estruturas, as condições do piso, os corredores de circulação, as áreas de acesso, as características dos materiais armazenados e as condições de segurança operacional.

Quando necessária, a montagem deverá ser realizada conforme as orientações do fabricante e as condições definidas no Termo de Referência, com verificação da estabilidade e da capacidade de carga do conjunto instalado.

O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, de acordo com as solicitações formalizadas pela Administração, respeitados os quantitativos registrados, a vigência da ata, os prazos de fornecimento e as condições estabelecidas no edital e nos instrumentos decorrentes.

IX - JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços é considerada a alternativa mais adequada para a contratação pretendida, tendo em vista a possibilidade de execução gradual da reestruturação do Almoxarifado Municipal e a conveniência de adequar as aquisições às necessidades efetivamente verificadas ao longo do período de vigência da ata.

Embora a demanda esteja relacionada a uma finalidade específica, a implantação da estrutura poderá ocorrer por etapas, conforme o planejamento operacional, a priorização dos espaços e a disponibilidade orçamentária. Nesse contexto, o registro

de preços permite estabelecer previamente condições de fornecimento e preços para os bens, sem impor à Administração a obrigação de adquirir imediatamente a totalidade dos quantitativos estimados.

A sistemática também favorece o planejamento das entregas, reduzindo a necessidade de recebimento antecipado de todos os equipamentos e permitindo que os materiais sejam solicitados conforme a preparação das áreas destinadas à instalação e ao armazenamento.

A opção pelo SRP encontra fundamento no art. 78, inciso IV, e no art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições de cabimento, o regulamento municipal aplicável e as disposições do edital.

Ressalta-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços não dispensa a definição prévia dos quantitativos estimados, a adequada pesquisa de preços, a previsão dos requisitos técnicos e a demonstração da vantajosidade da contratação. A cada contratação decorrente da ata, deverá ser verificada a disponibilidade orçamentária e observadas as condições legais e regulamentares pertinentes.

A ata de registro de preços não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, devendo as aquisições ocorrer de acordo com a necessidade e o interesse público, nos termos da legislação aplicável.

Dessa forma, considerando a possibilidade de implantação por etapas, a necessidade de flexibilidade no fornecimento e a conveniência de compatibilizar as aquisições com o planejamento financeiro e operacional do Município, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços constitui a solução preferencial para a contratação, condicionada à confirmação de sua adequação ao caso concreto e à regulamentação municipal.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

a) Melhor organização física dos materiais armazenados no Almoxarifado Municipal;

b) Melhor aproveitamento do espaço disponível, inclusive mediante utilização verticalizada da área, quando tecnicamente viável;

c) Melhoria das condições de acondicionamento e conservação dos materiais;

d) Maior facilidade de identificação, localização, recebimento e distribuição dos itens em estoque;

e) Redução de movimentações desnecessárias e do tempo empregado na localização dos materiais;

f) Melhoria do controle físico dos estoques e do fluxo de materiais;

g) Maior racionalidade na utilização da área de armazenamento;

h) Possibilidade de implantação gradual da estrutura, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária;

i) Melhoria das condições de organização e segurança do ambiente de trabalho, observados os requisitos técnicos aplicáveis.

Os resultados deverão ser acompanhados por meio da verificação da organização do estoque, da ocupação dos espaços, da adequação das estruturas instaladas e da melhoria dos procedimentos internos de armazenagem e movimentação.

XI - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

Antes da publicação do edital, a Administração deverá adotar, conforme a necessidade, as seguintes providências:

a) Realizar levantamento físico do Almoxarifado Municipal, com identificação das dimensões, dos acessos, das áreas de circulação e das condições do piso;

b) Definir a quantidade e a disposição das estruturas, considerando a capacidade de armazenamento pretendida;

c) Identificar as características dos materiais e as cargas máximas previstas por posição de armazenagem;

d) Estabelecer as especificações técnicas dos porta-paletes e dos paletes, assegurando compatibilidade entre os bens;

e) Definir as condições de entrega, montagem, instalação, garantia e assistência técnica, quando aplicáveis;

f) Verificar a necessidade de adequações físicas no local antes da instalação das estruturas;

g) Elaborar pesquisa de preços e estimativa dos quantitativos;

h) Confirmar a adequação do Sistema de Registro de Preços à demanda e à regulamentação municipal;

i) Definir os procedimentos de fiscalização, recebimento e conferência dos bens.

A instalação deverá observar as instruções do fabricante, as capacidades de carga especificadas e as condições de segurança do ambiente, não sendo admitida a utilização das estruturas em desacordo com as orientações técnicas aplicáveis.

XII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, com critério de julgamento pelo menor preço global, considerando a necessidade de assegurar a compatibilidade técnica e funcional entre os porta-paletes e os paletes a serem adquiridos para a reestruturação do Almoxarifado Municipal.

Embora os itens possuam características próprias, sua utilização está diretamente relacionada, uma vez que os paletes deverão apresentar dimensões, resistência e características compatíveis com as estruturas de armazenagem, de modo a garantir o adequado acondicionamento dos materiais e a utilização segura do conjunto.

O parcelamento da contratação, mediante adjudicação dos itens a fornecedores distintos, poderá ocasionar incompatibilidades dimensionais ou funcionais entre os produtos, dificultar a integração dos componentes e comprometer a eficiência da solução pretendida, além de ampliar a complexidade da gestão contratual e a atribuição de responsabilidades em caso de falhas de compatibilidade.

Dessa forma, justifica-se a adoção do julgamento pelo menor preço global, com a contratação conjunta dos itens, visando assegurar a compatibilidade entre os componentes, a uniformidade da solução e a responsabilidade do fornecedor pelo fornecimento integrado dos bens.

Assim, conclui-se que a contratação conjunta dos porta-paletes e dos paletes, mediante julgamento pelo menor preço global, mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa, desde que as especificações técnicas, a pesquisa de mercado e a análise de competitividade confirmem a viabilidade da solução e a obtenção da proposta mais vantajosa para o Município.

XIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No presente exercício, não há contratações correlatas que guardem relação ou afinidades com o objeto da compra pretendida.

XIV - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, considerando a durabilidade dos produtos, a possibilidade de manutenção, a reutilização e a destinação ambientalmente adequada dos materiais ao final de sua vida útil.

Sempre que tecnicamente viável e economicamente justificável, deverão ser priorizados produtos com maior vida útil, possibilidade de reaproveitamento e menor necessidade de substituição frequente.

As embalagens deverão ser destinadas de forma ambientalmente adequada, observada a legislação aplicável e a responsabilidade dos envolvidos.

A aquisição de estruturas modulares e desmontáveis favorece a reorganização e o reaproveitamento dos componentes em futuras alterações do layout, reduzindo a necessidade de substituição integral do sistema em caso de mudanças na disposição do almoxarifado.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base na necessidade identificada, na análise das soluções possíveis e nos resultados pretendidos, conclui-se que a aquisição de porta-paletes e paletes apresenta viabilidade técnica e potencial de vantajosidade para a reestruturação do Almoxarifado Municipal.

Entre as alternativas analisadas, a aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução preferencial, considerando a possibilidade de fornecimento parcelado, a implantação por etapas e a adequação das aquisições à necessidade efetiva e à disponibilidade orçamentária do Município.

A adoção dessa sistemática deverá estar amparada em quantitativos estimados adequadamente, pesquisa de preços, especificações técnicas compatíveis, justificativa de cabimento do SRP e observância da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal.

Assim, manifesta-se pela viabilidade da contratação, condicionada à conclusão do levantamento técnico do Almoxarifado Municipal, à definição dos quantitativos e especificações, à confirmação da adequação do SRP e à adoção das providências necessárias à instrução do processo de contratação.

Juliana de Amorim Lima
Responsável pela Elaboração

Braian De Oliveira Alves
Referência Técnica - Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

I - DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de porta-paletes e paletes para reestruturação do almoxarifado municipal, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

II - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observada:
I - a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa da PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de fornecimento contida em sistema de gestão mantido no município.

III - DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal n° 14.133/2021.

IV - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado, que demonstrou a necessidade de aquisição de porta paletes e paletes para a reestruturação do almoxarifado municipal.
4.2. A contratação está alinhada aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público, conforme disposto no art. 5º e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 37 da Constituição Federa

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste no fornecimento integrado de estrutura metálica porta-paletes e paletes plásticos compatíveis, incluindo os acessórios, componentes, serviços de transporte, montagem, instalação, regulagem e nivelamento necessários à entrega do sistema em condições adequadas de uso.
5.2. A contratação contempla o fornecimento de bens novos, de primeiro uso, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, incluindo, quando aplicável, os

serviços acessórios de transporte, entrega, montagem e instalação, de modo a garantir a plena funcionalidade dos equipamentos no ambiente de utilização.
5.3. A solução foi estruturada de forma integrada, visando não apenas a aquisição dos bens, mas a sua efetiva operacionalização, assegurando que os equipamentos sejam entregues em condições adequadas de uso, devidamente montados, instalados e aptos ao atendimento das necessidades institucionais da Administração.
5.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável da demanda, permitindo aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Secretaria de Administração, evitando a formação de estoques desnecessários, reduzindo riscos de deterioração de bens e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.
5.5. Os itens a serem adquiridos deverão observar especificações técnicas padronizadas, definidas com base em critérios objetivos e usuais de mercado, tais como dimensões aproximadas, capacidade mínima de carga, tipo de material, acabamento e requisitos de segurança, vedada a indicação de marcas, em observância ao princípio da isonomia e à ampliação da competitividade do certame.
5.6. A solução contempla, ainda, os seguintes aspectos operacionais:
5.6.1. Entrega dos materiais em locais previamente indicados pela Administração, no âmbito do Município, sem custos adicionais;
5.6.2. Realização de montagem e instalação das estruturas, especialmente estantes e porta paletes, garantindo nivelamento, fixação e estabilidade;
5.6.3. Fornecimento de produtos com garantia mínima contra defeitos de fabricação;
5.6.4. Substituição ou reparo de itens que apresentem falhas, durante o período de garantia, sem ônus para a Administração;
5.6.5. Observância de normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança, ergonomia e resistência estrutural.
5.7. A entrega será parcelada conforme Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) e deverá ser realizada, de acordo com as necessidades das Secretarias, nos endereços indicados por elas.

VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Quanto a sustentabilidade:
6.1.1. Os produtos fornecidos deverão ser embalados, sempre que possível, com materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis.
6.2 Quanto a subcontratação:
6.2.1. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.
6.3. Quanto a regularidade:
6.3.1. Os fornecedores devem apresentar documentação qualificação técnica que comprove a qualidade e conformidade dos produtos ofertados.

VII - EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução deverá ocorrer de acordo com a necessidade da Secretaria. A solicitações serão feitas através de Nota de Autorização de Fornecimento, emitidas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
7.2. Os objetos deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, no horário de 09:00 às 16:00 horas, situado à Rua José Matias, 39, Bairro Josefino Anício dos Reis, mediante apresentação da NAF.
7.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade, e outras especificações de acordo com suas características.
7.4. A contratada deverá realizar a montagem/instalação dos equipamentos, garantindo sua correta fixação, nivelamento e segurança de uso.
7.5. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da NAF, podendo ser prorrogado, sendo devidamente justificado por escrito, mediante autorização da autoridade superior e desde que por motivo inevitável, em relação à vontade da licitante vencedora e isento de má-fé.
7.6. Os responsáveis pelo recebimento encaminharão documentos contendo as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.
7.7. Os responsáveis pelo recebimento anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de possíveis faltas ou defeitos observados.
7.8. Por ocasião da entrega do objeto, a vencedora do certame ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.
7.9. Poderá a Administração, quando a licitante vencedora não cumprir com as condições estabelecidas, aplicar as sanções cabíveis e convocar os licitantes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
7.10. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação.
7.11. O material rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade.
7.12. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.
7.13. A não retirada dos materiais rejeitados autoriza automaticamente a CONTRATANTE a efetuar a destinação adequada ao produto.
7.14. Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nos incisos deste artigo a CONTRATADA ficará passível da aplicação das penalidades previstas no artigo “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”, do edital.

VIII - GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
8.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade responsável, com relatórios periódicos.
8.3. MATRIZ DE RISCO
Matriz de Risco com Medidas Mitigadoras para o Objeto do Termo de Referência:

Risco	Probabilidade	Impacto	Severidade	Medidas Mitigadoras
Atraso na entrega do produto	Média	Média	Média	Estabelecer um contrato com fornecedores confiáveis. Monitorar regularmente o progresso do fornecedor. Verificar logística para agilizar entrega e execução do objeto.
Entrega de produtos defeituosos	Média	Baixo	Médio	Solicitar substituição imediata dos itens. Estabelecer acordos de fornecimento mais flexíveis
Entrega materiais em emergência	Baixa	Médio	Médio	Verificar logística para agilizar entregas.

IX - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme as entregas forem realizadas e aceitas pelo órgão responsável, dentro de até 30 (trinta) dias consecutivos.

X - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor será realizada através de processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente. Modalidade de pregão, na forma eletrônica, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.
10.1.1. Será adotado o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.
10.2. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO
10.2.1 A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente de todos os itens ofertados, contendo especificações detalhadas que permitam a adequada identificação e verificação de conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência. Os documentos apresentados deverão ser claros, legíveis e possibilitar a análise objetiva das características dos produtos, sob pena de desclassificação da proposta em caso de insuficiência de informações.

XI - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. As estimativas de valores, memórias de cálculo e demais documentos de suporte serão elaborados em documento separado e classificado.

XII - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, seus anexos e alterações, e outros diplomas legais pertinentes.

Reinaldo Luiz Santos
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I DO TR - TABELA DE QUANTITATIVOS, SOLICITAÇÃO DE CATÁLOGOS E VALORES DE REFERÊNCIA

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	Apresentar Catálogo Técnico	MÉDIA UNITÁRIA[2]	VALOR TOTAL
1	UND	15	**PORTA-PALETES METÁLICO INDUSTRIAL, MODULAR, DESMONTÁVEL E REGULÁVEL**, destinado à armazenagem de materiais acondicionados em pallets plásticos, para instalação em almoxarifado, constituído por estrutura metálica em aço estrutural, com sistema de encaixe das longarinas aos montantes, travamentos e elementos de estabilização, dimensionado para operação predominantemente manual. **1. Dimensões do conjunto** • **Altura total da estrutura:** aproximadamente 5.000 mm, admitindo-se altura entre 4.000 mm e 5.000 mm; • **Comprimento total:** aproximadamente 13.800 mm a 14.000 mm; • **Profundidade da estrutura:** aproximadamente 1.300 mm, ou dimensão tecnicamente equivalente que permita a utilização segura de pallets de 1.000 × 1.200 mm, considerando o posicionamento do pallet e as folgas técnicas necessárias; • **Configuração:** preferencialmente 06 (seis) módulos/baias de aproximadamente 2.300 mm de comprimento cada, admitindo-se composição modular equivalente que resulte em comprimento total aproximado de 14,00 m; • **Quantidade de pallets por baia e por nível:** 02 (dois) pallets de 1.000 × 1.200 mm, posicionados lado a lado, observadas as folgas laterais e de segurança recomendadas pelo fabricante; • **Quantidade mínima de níveis:** 03 (três) níveis superiores de armazenagem, além do nível inferior destinado ao armazenamento de pallets apoiados diretamente sobre o piso; • **Altura entre níveis:** aproximadamente 1.500 mm, admitindo-se regulagem para adequação às dimensões das cargas; • **Regulagem vertical:** os níveis deverão possuir sistema de regulagem, permitindo alteração da altura das longarinas sem necessidade de substituição dos	SIM	R$3.021,62	R$45.324,30

			componentes estruturais. **2. Capacidade de carga** Cada posição destinada a pallet deverá possuir capacidade nominal mínima de 400 kg, considerando carga uniformemente distribuída sobre o pallet. A estrutura deverá ser dimensionada considerando a carga simultaneamente aplicada nas posições de cada nível e na configuração completa do conjunto, não sendo admitida capacidade de carga calculada apenas para uma posição isolada. Para a configuração de referência de 02 pallets por baia, deverá ser considerada capacidade mínima de 800 kg por nível/bahia, sem prejuízo de capacidade estrutural superior. A capacidade de carga deverá ser informada pelo fabricante considerando especificamente a utilização em sistema porta-paletes, observadas a altura, quantidade de níveis, espaçamento entre longarinas, configuração dos módulos e demais condições de montagem. **3. Montantes** Os montantes verticais deverão ser confeccionados em aço estrutural de alta resistência mecânica, constituídos por perfis conformados a frio, perfurados ou dotados de sistema equivalente que permita a regulagem das longarinas. Deverão possuir: • perfil estrutural adequado à carga especificada; • furos ou pontos de encaixe regularmente distribuídos para regulagem dos níveis; • proteção superficial contra corrosão; • resistência compatível com a altura total e a carga prevista; • sistema de união com as longarinas e travamentos. **4. Longarinas**			

			As longarinas horizontais deverão ser fabricadas em aço estrutural, dimensionadas para suportar a carga mínima especificada, com: • sistema de encaixe tipo gancho ou conexão mecânica equivalente; • dispositivo de travamento de segurança contra desencaixe acidental; • regulagem vertical; • resistência compatível com carga mínima de 800 kg por nível/baia na configuração de 02 pallets; • comprimento compatível com a instalação de 02 pallets de 1.000 × 1.200 mm lado a lado. As longarinas deverão permitir o apoio seguro dos pallets plásticos, não sendo admitida solução na qual o pallet permaneça apoiado de maneira instável, com risco de deslocamento ou queda. **5. Travamentos e estabilidade** A estrutura deverá possuir sistema de travamento diagonal e/ou horizontal, constituído por componentes metálicos dimensionados para garantir: • estabilidade longitudinal; • estabilidade transversal; • rigidez do conjunto; • resistência aos esforços decorrentes da armazenagem e movimentação das cargas. Deverá possuir sapatas metálicas de apoio, adequadas aos montantes, com possibilidade de fixação ao piso mediante chumbadores ou sistema de ancoragem tecnicamente equivalente, quando recomendado pelo fabricante ou necessário ao projeto de instalação. **6. Compatibilidade com os pallets** A estrutura deverá ser especificamente dimensionada para utilização com pallets plásticos de aproximadamente 1.000 × 1.200 mm, objeto do Item 02. O projeto de montagem deverá considerar o posicionamento do pallet sobre as longarinas, as dimensões externas do		

			pallet, suas abas laterais/perimetrais, as folgas necessárias entre pallets e montantes e o espaço necessário para retirada e colocação das cargas. A estrutura deverá permitir o armazenamento seguro dos pallets sem que as abas laterais/perimetrais do pallet interfiram no encaixe ou apoio sobre as longarinas. **7. Acabamento** Todos os componentes metálicos deverão receber tratamento superficial anticorrosivo e acabamento com pintura industrial, preferencialmente pintura eletrostática a pó ou processo tecnicamente equivalente, com acabamento uniforme e resistente às condições normais de utilização em almoxarifado. **8. Instalação** O fornecimento deverá compreender: • estrutura completa; • montantes; • longarinas; • travamentos; • sapatas; • elementos de união e fixação; • chumbadores, quando necessários; • demais acessórios estruturais; • transporte; • descarga; • montagem; • nivelamento; • fixação ao piso, quando aplicável; • instalação completa no local indicado pela Administração. O conjunto deverá ser entregue montado, nivelado, estável e em perfeitas condições de utilização. **9. Normas e segurança** O equipamento deverá atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis aos sistemas de armazenagem e estruturas metálicas, bem como aos requisitos de segurança previstos na NR-11 – Transporte,			

			Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, e demais normas regulamentadoras e técnicas aplicáveis.			
2	UND	150	PALLET PLÁSTICO INDUSTRIAL, VAZADO, MONOBLOCO, COM ABAS LATERAIS/PERIMETRAIS, 04 ENTRADAS, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM PORTA-PALETES, destinado à armazenagem e movimentação de materiais em almoxarifado. 1. Dimensões O pallet deverá possuir as seguintes dimensões nominais: • Comprimento: 1.200 mm; • Largura: 1.000 mm; • Altura: aproximadamente 150 a 180 mm; • Tolerância dimensional: até ± 5%, desde que não comprometa a compatibilidade com o porta-paletes objeto do Item 01. As dimensões deverão permitir a utilização de 02 (dois) pallets lado a lado em cada baia do porta-paletes, considerando baia de aproximadamente 2.300 mm e as folgas técnicas necessárias. 2. Material Deverá ser fabricado em material plástico de alta resistência mecânica, preferencialmente PEAD – Polietileno de Alta Densidade; ou PP – Polipropileno; ou outro material plástico tecnicamente equivalente ou superior, desde que apresente características de resistência, durabilidade e capacidade de carga compatíveis com a utilização em porta-paletes. O produto deverá ser monobloco, não sendo admitidos pallets com partes estruturais coladas, parafusadas ou montadas de maneira que comprometam sua resistência durante a utilização normal. 3. Estrutura O pallet deverá possuir: • superfície superior vazada e reforçada; • estrutura inferior reforçada; • 04 (quatro) entradas para movimentação; • apoios inferiores/runners integrados à	SIM	R$340, 74	R$51.111,00

			estrutura; • nervuras ou reforços estruturais; • superfície adequada ao acondicionamento de cargas; • estrutura própria para apoio sobre as longarinas de porta-paletes. Deverá apresentar construção que possibilite sua utilização repetitiva em operações de armazenagem e movimentação. 4. Abas laterais/perimetrais Deverá possuir abas laterais/perimetrais elevadas, em material plástico, integradas à estrutura do pallet, formando uma borda de contenção ao redor da superfície superior. As abas deverão possuir altura suficiente para auxiliar na contenção e estabilidade dos materiais acondicionados sobre o pallet, reduzindo o risco de deslocamento lateral da carga durante sua armazenagem. As abas não poderão interferir no posicionamento do pallet sobre as longarinas do porta-paletes. 5. Capacidade de carga O pallet deverá apresentar: • capacidade mínima de 400 kg em porta-paletes, com carga uniformemente distribuída; • capacidade estática sobre piso compatível com a aplicação do produto; • resistência suficiente para suportar repetidas operações de carga, descarga e armazenagem. A capacidade de 400 kg deverá ser especificamente considerada para utilização em porta-paletes, não sendo suficiente a apresentação de capacidade exclusivamente para armazenamento sobre piso. Será admitida capacidade nominal superior à especificada. 6. Compatibilidade com o porta-paletes		

			O pallet deverá ser projetado para utilização em sistema porta-paletes, permitindo seu apoio seguro sobre as longarinas metálicas do Item 01. Deverá possuir dimensões e configuração estrutural que possibilitem: • apoio adequado sobre as longarinas; • distribuição uniforme da carga; • estabilidade durante a armazenagem; • manutenção das folgas técnicas necessárias; • retirada e colocação segura das cargas; • utilização nos níveis superiores da estrutura. A contratada deverá garantir a compatibilidade dimensional e estrutural entre os pallets fornecidos e o sistema porta-paletes objeto da contratação, considerando as dimensões, capacidade de carga e forma de apoio das longarinas, não sendo admitida solução que comprometa a estabilidade ou segurança do conjunto. 7. Características de conservação O pallet deverá ser: • resistente à umidade; • impermeável; • lavável; • reutilizável; • de fácil higienização; • resistente à corrosão; • resistente ao uso contínuo em ambiente de almoxarifado. Não deverá apresentar, quando novo, trincas, fissuras, empenamentos, rebarbas, deformações ou defeitos de fabricação. 8. Acabamento As superfícies deverão apresentar acabamento uniforme, sem arestas cortantes ou irregularidades capazes de provocar acidentes ou danificar as embalagens e materiais armazenados. A coloração deverá ser uniforme em toda a			

			peça, admitindo-se cor definida pela Administração ou pelo fabricante, desde que mantidas as características técnicas exigidas. 9. Documentação Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar: • catálogo ou ficha técnica; • dimensões do produto; • material de fabricação; • capacidade de carga estática; • capacidade de carga em porta-paletes; • indicação de utilização em porta-paletes; • demais informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações.			
TOTAL ESTIMADO					**R$ 96.435,30**	

[1] Quando itens mencionados neste documento incluírem referências a marcas específicas, ou em situações onde o detalhamento de um item, mesmo sem mencionar explicitamente, possa direcionar de forma específica a uma determinada marca, esclarece-se que esta abordagem não configura uma violação ao Princípio da Isonomia. Tal detalhamento visa apenas estabelecer um parâmetro de qualidade ou funcionalidade base, fornecendo uma referência para o padrão desejado. Destaca-se, portanto, que licitantes são incentivados a apresentar propostas contendo produtos que, embora possam ser similares, superiores ou equivalentes, cumpram com os critérios de qualidade e desempenho especificados. Assim, assegura-se a igualdade de oportunidades no processo licitatório, permitindo a participação de ofertas que atendam ou excedam as necessidades e especificações técnicas requeridas, independentemente da marca.

[2] Em virtude do sistema de gestão (MEMORY) utilizar em sua “cotação de mercado” valores com 04 (quatro) casas decimais e o Município de Santana do Paraíso decidir pela utilização de 02 (duas) casas nos documentos que compõem o processo licitatório, bem como no sistema eletrônico de pregão (AMM Licita), informamos que podem existir divergências de valores entre o pedido de compras, cotação de mercado e termo de referência, sendo utilizado a fórmula truncar para obtenção de valor de mercado utilizado nesse Termo de Referência com 02 (duas) casas decimais.

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PROPOSTA SÓ É DE OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO PELO LICITANTE VENCEDOR DO CERTAME, CASO SOLICITADO PELO PREGOEIRO. NO INÍCIO DO CERTAME, PODE SER SUBSTITUÍDA PELO MERO PREENCHIMENTO DO SISTEMA. OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UND	15	**PORTA-PALETES METÁLICO INDUSTRIAL, MODULAR, DESMONTÁVEL E REGULÁVEL**, destinado à armazenagem de materiais acondicionados em pallets plásticos, para instalação em almoxarifado, constituído por estrutura metálica em aço estrutural, com sistema de encaixe das longarinas aos montantes, travamentos e elementos de estabilização, dimensionado para operação predominantemente manual. **1. Dimensões do conjunto** • **Altura total da estrutura:** aproximadamente 5.000 mm, admitindo-se altura entre 4.000 mm e 5.000 mm; • **Comprimento total:** aproximadamente 13.800 mm a 14.000 mm; • **Profundidade da estrutura:** aproximadamente 1.300 mm, ou dimensão tecnicamente equivalente que permita a utilização segura de pallets de 1.000 × 1.200 mm, considerando o posicionamento do pallet e as folgas técnicas necessárias; • **Configuração:** preferencialmente 06 (seis) módulos/baias de aproximadamente 2.300 mm de comprimento cada, admitindo-se composição modular equivalente que resulte em comprimento total aproximado de 14,00 m; • **Quantidade de pallets por baia e por nível:** 02 (dois) pallets de 1.000 × 1.200 mm, posicionados lado a lado, observadas as folgas laterais e de segurança recomendadas pelo fabricante;		R$	R$

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			• **Quantidade mínima de níveis:** 03 (três) níveis superiores de armazenagem, além do nível inferior destinado ao armazenamento de pallets apoiados diretamente sobre o piso; • **Altura entre níveis:** aproximadamente 1.500 mm, admitindo-se regulagem para adequação às dimensões das cargas; • **Regulagem vertical:** os níveis deverão possuir sistema de regulagem, permitindo alteração da altura das longarinas sem necessidade de substituição dos componentes estruturais. **2. Capacidade de carga** Cada posição destinada a pallet deverá possuir capacidade nominal mínima de 400 kg, considerando carga uniformemente distribuída sobre o pallet. A estrutura deverá ser dimensionada considerando a carga simultaneamente aplicada nas posições de cada nível e na configuração completa do conjunto, não sendo admitida capacidade de carga calculada apenas para uma posição isolada. Para a configuração de referência de 02 pallets por baia, deverá ser considerada capacidade mínima de 800 kg por nível/bahia, sem prejuízo de capacidade estrutural superior. A capacidade de carga deverá ser informada pelo fabricante considerando especificamente a utilização em sistema porta-paletes, observadas a altura, quantidade de níveis, espaçamento entre longarinas, configuração dos módulos e demais condições de montagem. **3. Montantes** Os montantes verticais deverão ser confeccionados em aço estrutural de alta resistência mecânica, constituídos por perfis conformados a frio, perfurados ou dotados de sistema equivalente que permita a regulagem das longarinas.			

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			Deverão possuir: • perfil estrutural adequado à carga especificada; • furos ou pontos de encaixe regularmente distribuídos para regulagem dos níveis; • proteção superficial contra corrosão; • resistência compatível com a altura total e a carga prevista; • sistema de união com as longarinas e travamentos. **4. Longarinas** As longarinas horizontais deverão ser fabricadas em aço estrutural, dimensionadas para suportar a carga mínima especificada, com: • sistema de encaixe tipo gancho ou conexão mecânica equivalente; • dispositivo de travamento de segurança contra desencaixe acidental; • regulagem vertical; • resistência compatível com carga mínima de 800 kg por nível/baia na configuração de 02 pallets; • comprimento compatível com a instalação de 02 pallets de 1.000 × 1.200 mm lado a lado. As longarinas deverão permitir o apoio seguro dos pallets plásticos, não sendo admitida solução na qual o pallet permaneça apoiado de maneira instável, com risco de deslocamento ou queda. **5. Travamentos e estabilidade** A estrutura deverá possuir sistema de travamento diagonal e/ou horizontal, constituído por componentes metálicos dimensionados para garantir: • estabilidade longitudinal; • estabilidade transversal; • rigidez do conjunto; • resistência aos esforços decorrentes da armazenagem e movimentação das cargas. Deverá possuir sapatas metálicas de apoio,			

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			adequadas aos montantes, com possibilidade de fixação ao piso mediante chumbadores ou sistema de ancoragem tecnicamente equivalente, quando recomendado pelo fabricante ou necessário ao projeto de instalação. **6. Compatibilidade com os pallets** A estrutura deverá ser especificamente dimensionada para utilização com pallets plásticos de aproximadamente 1.000 × 1.200 mm, objeto do Item 02. O projeto de montagem deverá considerar o posicionamento do pallet sobre as longarinas, as dimensões externas do pallet, suas abas laterais/perimetrais, as folgas necessárias entre pallets e montantes e o espaço necessário para retirada e colocação das cargas. A estrutura deverá permitir o armazenamento seguro dos pallets sem que as abas laterais/perimetrais do pallet interfiram no encaixe ou apoio sobre as longarinas. **7. Acabamento** Todos os componentes metálicos deverão receber tratamento superficial anticorrosivo e acabamento com pintura industrial, preferencialmente pintura eletrostática a pó ou processo tecnicamente equivalente, com acabamento uniforme e resistente às condições normais de utilização em almoxarifado. **8. Instalação** O fornecimento deverá compreender: • estrutura completa; • montantes; • longarinas; • travamentos; • sapatas; • elementos de união e fixação; • chumbadores, quando necessários; • demais acessórios estruturais; • transporte;			

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			• descarga; • montagem; • nivelamento; • fixação ao piso, quando aplicável; • instalação completa no local indicado pela Administração. O conjunto deverá ser entregue montado, nivelado, estável e em perfeitas condições de utilização. **9. Normas e segurança** O equipamento deverá atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis aos sistemas de armazenagem e estruturas metálicas, bem como aos requisitos de segurança previstos na NR-11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, e demais normas regulamentadoras e técnicas aplicáveis.			
2	UND	150	PALLET PLÁSTICO INDUSTRIAL, VAZADO, MONOBLOCO, COM ABAS LATERAIS/PERIMETRAIS, 04 ENTRADAS, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM PORTA-PALETES, destinado à armazenagem e movimentação de materiais em almoxarifado. 1. Dimensões O pallet deverá possuir as seguintes dimensões nominais: • Comprimento: 1.200 mm; • Largura: 1.000 mm; • Altura: aproximadamente 150 a 180 mm; • Tolerância dimensional: até ± 5%, desde que não comprometa a compatibilidade com o porta-paletes objeto do Item 01. As dimensões deverão permitir a utilização de 02 (dois) pallets lado a lado em cada baia do porta-paletes, considerando baia de aproximadamente 2.300 mm e as folgas técnicas necessárias. 2. Material Deverá ser fabricado em material plástico de alta resistência mecânica, preferencialmente PEAD – Polietileno de Alta Densidade; ou PP – Polipropileno; ou outro material plástico		R$	R$

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			tecnicamente equivalente ou superior, desde que apresente características de resistência, durabilidade e capacidade de carga compatíveis com a utilização em porta-paletes. O produto deverá ser monobloco, não sendo admitidos pallets com partes estruturais coladas, parafusadas ou montadas de maneira que comprometam sua resistência durante a utilização normal. 3. Estrutura O pallet deverá possuir: • superfície superior vazada e reforçada; • estrutura inferior reforçada; • 04 (quatro) entradas para movimentação; • apoios inferiores/runners integrados à estrutura; • nervuras ou reforços estruturais; • superfície adequada ao acondicionamento de cargas; • estrutura própria para apoio sobre as longarinas de porta-paletes. Deverá apresentar construção que possibilite sua utilização repetitiva em operações de armazenagem e movimentação. 4. Abas laterais/perimetrais Deverá possuir abas laterais/perimetrais elevadas, em material plástico, integradas à estrutura do pallet, formando uma borda de contenção ao redor da superfície superior. As abas deverão possuir altura suficiente para auxiliar na contenção e estabilidade dos materiais acondicionados sobre o pallet, reduzindo o risco de deslocamento lateral da carga durante sua armazenagem. As abas não poderão interferir no posicionamento do pallet sobre as longarinas do porta-paletes. 5. Capacidade de carga O pallet deverá apresentar: • capacidade mínima de 400 kg em porta-paletes, com carga uniformemente			

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			distribuída; • capacidade estática sobre piso compatível com a aplicação do produto; • resistência suficiente para suportar repetidas operações de carga, descarga e armazenagem. A capacidade de 400 kg deverá ser especificamente considerada para utilização em porta-paletes, não sendo suficiente a apresentação de capacidade exclusivamente para armazenamento sobre piso. Será admitida capacidade nominal superior à especificada. 6. Compatibilidade com o porta-paletes O pallet deverá ser projetado para utilização em sistema porta-paletes, permitindo seu apoio seguro sobre as longarinas metálicas do Item 01. Deverá possuir dimensões e configuração estrutural que possibilitem: • apoio adequado sobre as longarinas; • distribuição uniforme da carga; • estabilidade durante a armazenagem; • manutenção das folgas técnicas necessárias; • retirada e colocação segura das cargas; • utilização nos níveis superiores da estrutura. A contratada deverá garantir a compatibilidade dimensional e estrutural entre os pallets fornecidos e o sistema porta-paletes objeto da contratação, considerando as dimensões, capacidade de carga e forma de apoio das longarinas, não sendo admitida solução que comprometa a estabilidade ou segurança do conjunto. 7. Características de conservação O pallet deverá ser: • resistente à umidade; • impermeável; • lavável; • reutilizável;			

ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO[1]	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			• de fácil higienização; • resistente à corrosão; • resistente ao uso contínuo em ambiente de almoxarifado. Não deverá apresentar, quando novo, trincas, fissuras, empenamentos, rebarbas, deformações ou defeitos de fabricação. 8. Acabamento As superfícies deverão apresentar acabamento uniforme, sem arestas cortantes ou irregularidades capazes de provocar acidentes ou danificar as embalagens e materiais armazenados. A coloração deverá ser uniforme em toda a peça, admitindo-se cor definida pela Administração ou pelo fabricante, desde que mantidas as características técnicas exigidas. 9. Documentação Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar: • catálogo ou ficha técnica; • dimensões do produto; • material de fabricação; • capacidade de carga estática; • capacidade de carga em porta-paletes; • indicação de utilização em porta-paletes; demais informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações.			
VALOR TOTAL					**R$**	

Declaro que os materiais referidos na proposta atendem as especificações do Edital e Anexos, sendo a licitante abaixo qualificada corresponsável pela garantia dos mesmos.

Proposta válida até: ...../...../..... (Não inferior a 60 dias).

Empresa: .....

Endereço: .....

N.º CNPJ: .....

Conta corrente: n.º..... Agência: n.º.....

N.º do Banco.....

Nome do responsável pela assinatura do contrato: .....

N.º do CPF do responsável pela assinatura do contrato: .....

Atenciosamente,

_____

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/XXX

PARTES:
ORGÃO GERENCIADOR:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

FORNECEDOR REGISTRADO:
_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:** _____.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação constante no objeto do Pregão Eletrônico **n.º 050/2026**, Processo Administrativo **n.º 102/2026**, mediante o disposto na Lei n.º 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital, seus anexos e todos os demais documentos referentes ao objeto do referido Processo supracitado, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para futura e eventual aquisição de porta-paletes e paletes para reestruturação do almoxarifado municipal, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2.1. O registro de preços não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contrações se darão de acordo com a demanda do município, ou seja, de forma parcelada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Santana do Paraíso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

INSERIR PLANILHA DO LICITANTE VENCEDOR

3.2. No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

4.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária 02.10.01 04.122.0004.22.02 3.3.90.30.00 Ficha 747, fonte 1500, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A execução deverá ocorrer de acordo com a necessidade da Secretaria. A solicitações serão feitas através de Nota de Autorização de Fornecimento, emitidas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. Os objetos deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, no horário de 09:00 às 16:00 horas, situado à Rua José Matias, 39, Bairro Josefino Anício dos Reis, mediante apresentação da NAF.

5.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade, e outras especificações de acordo com suas características.

5.4. A contratada deverá realizar a montagem/instalação dos equipamentos, garantindo sua correta fixação, nivelamento e segurança de uso.

5.5. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da NAF, podendo ser prorrogado, sendo devidamente justificado por escrito, mediante autorização da autoridade superior e desde que por motivo inevitável, em relação à vontade da licitante vencedora e isento de má-fé.

5.6. Os responsáveis pelo recebimento encaminharão documentos contendo as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

5.7. Os responsáveis pelo recebimento anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de possíveis faltas ou defeitos observados.

5.8. Por ocasião da entrega do objeto, a vencedora do certame ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.

5.9. Poderá a Administração, quando a licitante vencedora não cumprir com as condições estabelecidas, aplicar as sanções cabíveis e convocar os licitantes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.10. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação.

5.11. O material rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade.

5.12. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.

5.13. A não retirada dos materiais rejeitados autoriza automaticamente a CONTRATANTE a efetuar a destinação adequada ao produto.

5.14. Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nos incisos deste artigo a CONTRATADA ficará passível da aplicação das penalidades previstas no artigo “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”, do edital.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2. Se o Fornecedor Registrado deixar de realizar a execução dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou troca do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do Termo de Referência, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. **E-MAIL INSTILTUCIONAL**: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Santana do Paraíso, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** constante do Edital.

7.3. Efetuar a execução do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, em conformidade com o que trata o termo de referência.

7.3.1. O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.3.2. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Santana do Paraíso, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Compras do Município de Santana do Paraíso, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Santana do Paraíso, conforme quantitativos dos serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. No prazo estipulado no Contrato de Prestação de Serviços, a contratada deverá corrigir os serviços que, durante a execução, não atenderem aos padrões de qualidade e especificações definidos no referido contrato. A substituição deve ser feita de acordo com as condições acordadas e em conformidade com os termos estabelecidos neste documento.

7.7. Em caso de defeito na execução dos serviços, a contratada deverá providenciar imediatamente a substituição por outro serviço de qualidade equivalente, assegurando que o serviço atenda a todos os padrões e requisitos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva execução do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da prestação do(s) serviço(s), num prazo estipulado no Termo de Referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de

seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Santana do Paraíso ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.15. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

7.16. Estar ciente da matriz de risco apresentada no Termo de Referência contido no Anexo I do Edital de Convocação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n° 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** além da constante do Art. 115 da Lei n. º 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;

8.4. Emitir as ordens de Fornecimento ao Fornecedor Registrado, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Registrado;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e neste Instrumento;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por intermédio do(a) servidor(a) _____, que acompanhará a entrega dos produtos, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para execução do mesmo

e apresentação de documentos fiscais, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela efetiva execução do serviço deste instrumento será efetuado até o **30º (trigésimo) dia após a apresentação documentos fiscais**, à **EMPRESA REGISTRADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

10.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **EMPRESA REGISTRADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **EMPRESA REGISTRADA**, todas as condições pactuadas.

10.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização do município de Santana do Paraíso e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3. Para execução do pagamento, **EMPRESA REGISTRADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do município de Santana do Paraíso, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **EMPRESA REGISTRADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao município de Santana do Paraíso.

10.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **EMPRESA REGISTRADA**.

10.3. O Município de Santana do Paraíso poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **EMPRESA REGISTRADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **EMPRESA REGISTRADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do município de Santana do Paraíso.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **EMPRESA REGISTRADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **EMPRESA REGISTRADA** retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do município de Santana do Paraíso.

d) Débito da **EMPRESA REGISTRADA** para com o município de Santana do Paraíso quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações do ano corrente e dos anos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FREQUÊNCIA DE ENTREGA

11.1. Os produtos deverão ser entregues conforme demanda do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO

12.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do índice IGPM publicado pela FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

13.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

14.2.1. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias uteis após seu protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos contratados quando:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
I - Advertência;

b) Dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

c) Dar causa à inexecução total da ARP;
I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

d) Ensejar o retardamento da execução do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

16.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

16.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

16.1.3.1. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.1.3.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

17.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

a) A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

b) Após a autorização, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

c) O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

d) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

17.2. Dos Limites para Adesão

17.2.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o Edital:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

18.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal e, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de **Ipatinga/MG** para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.2. Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, para que produza seus jurídicos efeitos.

Santana do Paraíso, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

ORGÃO GERENCIADOR

EMPRESA REGISTRADA

Testemunhas:

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 102/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INSTRUMENTO DE CONTRATO N.º XXX/XXX

PARTES:
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

CONTRATADO:
_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:** _____.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Pregão Eletrônico **n.º 050/2026**, Processo Administrativo **n.º 102/2026**, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui o objeto do presente instrumento a aquisição de porta-paletes e paletes para reestruturação do almoxarifado municipal, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do objeto do Pregão Eletrônico **n.º 050/2026**, Processo Administrativo **n.º 102/2026**, e demais anexos que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de **R$** _____, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, de acordo com os valores e quantitativos abaixo relacionados, que será adquirido de forma parcelada:

INSERIR PLANILHA DO CONTRATADO

2.2. O **CONTRATANTE** poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, conforme art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Aditamento todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO/RECEBIMENTO/

4.1. O pagamento pela efetiva execução do serviço objeto deste instrumento será efetuado conforme o que estabelece a Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. As condições de reajustamento constam na Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

6.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária 02.10.01 04.122.0004.22.02 3.3.90.30.00 Ficha 747, fonte 1500, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além de observar todas as normas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico **n.º 050/2026**, Processo Administrativo **n.º 102/2026** e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação

e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. À Contratante compete as obrigações constante na ARP nº xx/2026, bem como efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no Edital e na ARP, e ainda acompanhar a execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** serão aplicadas as sanções constantes na Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico **n.º 050/2026**, Processo Administrativo **n.º 102/2026**.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos bens;

c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

13.3. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias uteis após seu protocolo.

13.4. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO DE CONTRATO

14.1. A gestão dos contratos será desenvolvida pela Secretária Municipal responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico, para exercício das funções estabelecidas, conforme Legislação Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇAO DO CONTRATO

15.1. A Administração poderá optar pela extinção do contrato nos casos previstos na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ipatinga/Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

CONTRATANTE **CONTRATADA**

Testemunhas: